



# Diário Oficial

PORTE PAGO  
DR/SP  
ISR - 40 - 3051/81

Estado de São Paulo

Volume 107 • Número 62 • São Paulo • Quinta-Feira, 3 de Abril de 1997

## PODER LEGISLATIVO

Diário da Assembléia Legislativa - 13ª Legislatura

Palácio Nove de Julho

Av. Pedro Álvares Cabral, S/Nº - Ibirapuera - Fone: 886-6122

Presidente: Paulo Kobayashi

1º Secretário: Milton Monti

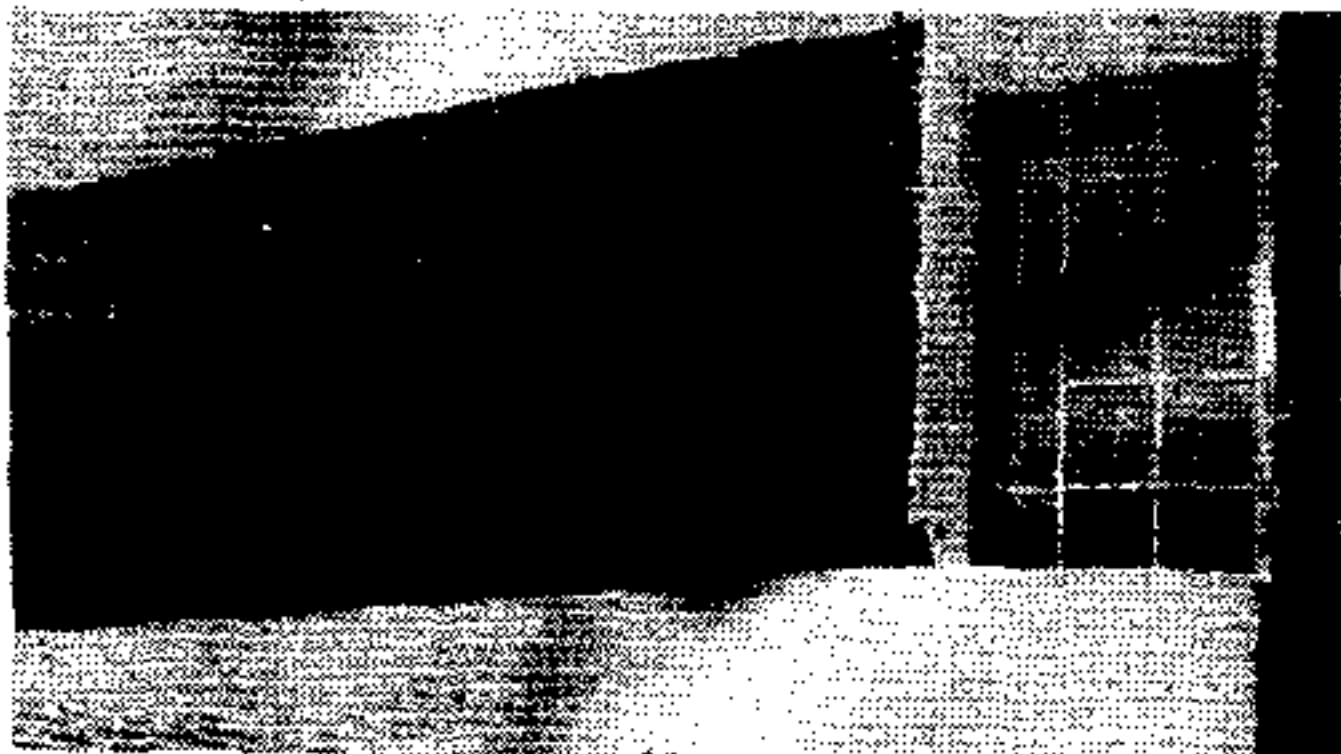
2ª Secretária: Maria Cecília Passarelli

1º Vice-Presidente: Vaz de Lima

2º Vice-Presidente: Luiz Carlos da Silva

3º Secretário: Roque Barbieri

4º Secretário: Sylvio Martini



### DECRETO LEGISLATIVO

#### Decreto Legislativo n.º 367, de 03 de abril de 1997

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II do artigo 14 da VIII Consolidação do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo 1.º - É aprovado o nome do Senhor Robson Riedel Marinho para nomeação, no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, em vaga decorrente da aposentadoria do Conselheiro José Luiz de Anhaia Mello.

Artigo 2.º - A nomeação referida no artigo anterior será feita pelo Governador do Estado, assim que promulgado este Decreto Legislativo.

Artigo 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 03 de abril de 1997.

a) PAULO KOBAYASHI, Presidente

a) Milton Monti, 1.º Secretário

a) Cecília Passarelli, 2.ª Secretária

### ATOS

#### Ato n.º 11, de 1997

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista as indicações dos Líderes do Partido da Social Democracia Brasileira e do Partido Social Democrático, nomeia, respectivamente, os Deputados Carlos Sampaio e Ubiratan Guimarães, membros efetivos e o Deputado Nabi Abi Chedid membro substituto da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de investigar o desenvolvimento do crime organizado no Estado, nas suas diversas formas e manifestações, e apurar as razões de seu incremento, em virtude de vaga decorrente da renúncia do Deputado Aloisio Vieira, eleito Prefeito de Lorena e da renúncia do Deputado Roque Barbieri.

Assembléia Legislativa, em 2 de abril de 1997.

a) Paulo Kobayashi - Presidente

#### Ato n.º 12, de 1997

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 35, parágrafo único, da VIII Consolidação do Regimento Interno e por força da aprovação do Requerimento n.º 658, de 1997, nomeia os seguintes Deputados com a finalidade de acompanhar, junto à direção do Banco do Estado de São Paulo - Banespa, e outros órgãos públicos envolvidos, a discussão para levantamento de alternativas ao fechamento de agências da Banespa em cidades do Estado de São Paulo:

Deputado Roberto Engler

Deputado Paulo Julião

Deputado Vergílio Dalla Pria

Deputado Lobbe Neto

Deputado José Zico Prado

Deputado Paulo Teixeira

Deputado Celdini Crespo

Deputado Edmir Chedid

Deputado Salvador Khuriyeh

Deputado Jamil Murad

Deputado Marcelo Gonçalves

Assembléia Legislativa, em 2 de abril de 1997.

a) PAULO KOBAYASHI - Presidente

#### Ato n.º 13, de 1997

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo no uso de suas atribuições regimentais e em virtude da aprovação do Requerimento n.º 1.151/97, nomeia os seguintes Deputados para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito para, no prazo de 90 dias, apurar os fatos que no dia 31 de março p.p. foram noticiados em rede nacional de televisão através do Jornal Nacional, da Rede Globo, atinente ao envolvimento de policiais militares com espancamentos, tortura, homicídio, corrupção ativa e, ainda, para apurar as razões que levam ao crescimento da violência no meio policial:

#### Membros Efetivos

PSDB - Carlos Sampaio

PT - Elói Pieta

PMDB - Rosmary Corrêa

PFL - Afanasio Jazajidi

PTB - Vanderlei Simionato

PPB - Erasmo Dias

PL - Edson Ferrarini

PSD - Ubiratan Guimarães

PC do B - Jamil Murad

PDT - Rafael Silva

PSB - Alberto Calvo

Assembléia Legislativa, em 2 de abril de 1997.

PAULO KOBAYASHI - Presidente

#### Membros Substitutos

- Sidnei Cinti

- Rui Falcão

- Gilberto Nascimento

- Duarte Nogueira

- Celso Tanai

- Conte Lopes

- Paulo Barbosa Filho

- Nabi Abi Chedid

- Nivaldo Santana

- Salvador Khuriyeh

### ORDEM DO DIA

3 de abril de 1997

38ª Sessão Ordinária

#### Proposições em Regime de Urgência

1-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar n.º 137, de 1995, apresentado pelo Sr. Governador, criando a autarquia Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE, com emendas. Parecer n.º 645, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, com emendas, às emendas de n.ºs 1, 3, 6, 8, 10, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31 e 32, com subemendas e contrário ao projeto, às emendas do relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, às emendas de n.ºs 1, 3, 6, 8, 10, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31 e 32, na forma das subemendas do relator especial pela Comissão de Justiça e contrário às demais. Parecer n.º 647, de 1996, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto, com emenda, à emenda de n.º 21, na forma de sua subemenda, às emendas de n.ºs 1, 3, 6, 8, 10, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 29, 30, 31 e 32, na forma das subemendas do relator especial pela Comissão de Justiça e contrário às demais. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

2-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar n.º 35, de 1996, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre a retribuição pecuniária dos integrantes da carreira de Procurador de Autarquias. Com emendas. Parecer n.º 2453, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, às emendas de n.ºs 9, 13, 16, 19 e 30 e contrário às demais. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

#### Proposições em Regime de Prioridade

1-Discussão e votação adiada do Projeto de decreto legislativo n.º 5, de 1981, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1019, de 1981, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1979, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. (§ 3º do artigo 191 da VIII Consolidação do Regimento Interno).

2-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 8, de 1981, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1581, de 1981, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1980, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. (Com requerimento de adiamento em fase de votação adiada).

3-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar n.º 1, de 1997, apresentado pelo Sr. Governador, acrescentando dispositivo ao Decreto-Lei Complementar n.º 7, de 1969, que dispõe sobre entidades descentralizadas. Parecer n.º 231, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

4-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 788, de 1991. (Autógrafo n.º 23320), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Conte Lopes, alterando a redação do artigo 30 do Decreto-lei n.º 260, de 29/05/70, que dispõe sobre a inatividade dos componentes da Polícia Militar do Estado. Parecer n.º 189, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

5-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 1188, de 1991. (Autógrafo n.º 23110), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Ivan Valente, dispondo sobre a recomposição da cobertura vegetal do Estado. Parecer n.º 469, de 1996, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 344, de 1993. (Autógrafo n.º 23156), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Jamil Murad, dispondo sobre a proibição da instalação de bombas de Auto-Serviço (Self-Service) em todos os postos de abastecimentos de combustível no âmbito do Estado. Parecer n.º 478, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

7-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 596, de 1993. (Autógrafo n.º 23331), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Roque Barbieri, dispondo sobre a criação do Conselho de Desenvolvimento da Região Nordeste do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado). Parecer n.º 190, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

8-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 802, de 1993. (Autógrafo n.º 23044), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Antenor Chicarino, dispondo sobre a proteção ambiental do Vale do Ribeira. Parecer n.º 428, de 1996, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

9-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 200, de 1995. (Autógrafo n.º 23118), vetado totalmente, apresentado pela deputada Edna Macedo, dispondo sobre a concessão de documentos a ex-detentos que tenham cumprido integralmente suas penas tornando os antecedentes criminais sigilosos, desde que não reincidam no crime. Parecer n.º 463, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

10-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 249, de 1995. (Autógrafo n.º 23326), vetado parcialmente, apresentado pelo deputado Kito Junqueira, alterando a Lei n.º 7.645, de 23 de maio de 1976, que dispõe sobre o controle da poluição ambiental. Parecer n.º 191, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

11-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 362, de 1995. (Autógrafo n.º 23149), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Alberto Calvo, dispondo sobre a gratuidade de passagem nos serviços de transporte coletivo de responsabilidade do Estado às mulheres maiores de 60 anos de idade. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

12-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 474, de 1995. (Autógrafo n.º 23166), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, alterando a Lei n.º 7.645, de 23 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

13-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 525, de 1995. (Autógrafo n.º 23246), vetado totalmente, apresentado pelo deputado César Callegari, dando a denominação de "Professora Cândida Neves Oliveira Canjui" à Escola Estadual de 1ª e 2ª Graus Cidade Socinho II, em Guanulhos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

14-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 626, de 1995. (Autógrafo n.º 23321), vetado parcialmente, apresentado pelo deputado José Bacarin, dispondo sobre a normatização de audiência pública com a comunidade científica. Parecer n.º 188, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

15-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 910, de 1995. (Autógrafo n.º 23323), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Pedro Dallari, autorizando o acesso, a título gratuito, de policiais militares às estações e trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM. Parecer n.º 195, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

16-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 6, de 1996, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando o DER e o DAEE a doarem imóveis à Fazenda do Estado e esta a transferir, à CDHU os imóveis que receber em doação, bem como outros já de sua propriedade, na forma que especifica. Com emendas. Parecer n.º 651, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável, com emenda e contrário às emendas de n.ºs 1 e 2. Parecer n.º 652, de 1996, de relator especial pela Comissão de Obras Públicas, favorável ao projeto, à emenda do relator especial pela Comissão de Justiça e contrário às de n.ºs 1 e 2. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

17-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 71, de 1996. (Autógrafo n.º 23201) vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, criando o Programa Estadual de Desestatização e dispondo sobre a Reestruturação Societária e Patrimonial do Setor Energético. Parecer n.º 1799, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto quanto ao § 2º do artigo 3º e contrário ao § 6º do artigo 3º; ao inciso I do artigo 17 e ao artigo 39. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

18-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 215, de 1996. (Autógrafo n.º 23327), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Walter Caveanha, autorizando o Poder Executivo a implantar a "Prófiha - Programa de Fixação do Homem no Campo". Parecer n.º 187, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

19-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 725, de 1996. (Autógrafo n.º 23344), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando o Poder Executivo a contrair financiamentos, a outorgar garantias, a transferir o controle acionário de sociedades controladas pelo Estado e a assumir obrigações. Parecer n.º 192, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. Parecer n.º 193, de 1997, de relator especial pela Comissão de Economia, favorável ao projeto no tocante ao art. 7º e contrário quanto ao art. 9º. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

20-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 1, de 1997, apresentado pelo Sr. Governador, instituindo o Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular de São Paulo. Com emendas. Parecer n.º 232, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, à emenda de n.º 1, e contrário às demais. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

Legislativo e Judiciário, que são consideradas boas e aprovadas, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. (Com requerimento de adiamento em fase de votação adiada).

4-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 7, de 1983, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 973, de 1983, rejeitando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, alusivas ao exercício de 1982, constantes do Processo RG n.º 4800/83 e anexos, exceto aquelas que envolvem os Poderes Legislativo e Judiciário, que são consideradas boas e aprovadas, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. (Com requerimento de adiamento em fase de votação adiada).

5-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 8, de 1984, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1447, de 1984, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1983, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. (Com requerimento de adiamento em fase de votação adiada).

6-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 10, de 1985, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1693, de 1985, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1984, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 845, de 1987, da Comissão de Fiscalização e Controle, favorável ao projeto.

7-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 5, de 1987, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 659, de 1987, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1985, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 1102, de 1987, da Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

8-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 11, de 1988, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1323, de 1988, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1986, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 1719, de 1988, da Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

9-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 19, de 1989, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1326, de 1989, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1987, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 454, de 1990, da Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

10-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 4, de 1991, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1333, de 1991, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1988, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 1700, de 1991, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

11-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 5, de 1991, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1346, de 1991, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1989, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 1699, de 1991, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

12-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 6, de 1991, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1426, de 1991, considerando boas e aprovando as contas do Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1990, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 1704, de 1991, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

13-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 15, de 1994, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1126, de 1994, considerando boas e aprovando as contas apresentadas pelo Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1991, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 1621, de 1994, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

14-Discussão e votação do Projeto de decreto legislativo n.º 16, de 1994, apresentado pela Comissão de Finanças em seu Parecer n.º 1127, de 1994, considerando boas e aprovando as contas apresentadas pelo Senhor Chefe do Poder Executivo, referentes ao exercício financeiro de 1992, sem prejuízo da apreciação dos processos referentes ao mesmo período, ainda pendentes de julgamento. Parecer n.º 1622, de 1994, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

#### Proposição em Regime de Tramitação Ordinária

- Discussão adiada e votação do Projeto de lei n.º 645, de 1987, apresentado pelo deputado Waldyr Trigo, revogando dispositivos da Lei n.º 3724, de 14/03/83, que instituiu contribuição para a Associação Paulista de Magistrados. Pareceres n.ºs 1164, de 1990, s/nº e 1248, de 1991, respectivamente de relator especial pela Comissão de Justiça e das Comissões Cultura e Finanças, favoráveis. Com substitutivo apresentado nos termos do inciso II do artigo 175 da VIII Consolidação do Regimento Interno. Parecer n.º 357, de 1995, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável, com subemenda. Parecer n.º 358, de 1995, de relator especial pela Comissão de Cultura, favorável ao substitutivo e contrário à emenda. Parecer n.º 359, de 1995, de relator especial pela Comissão de Finanças, contrário.

### SUMÁRIO

Decretos Legislativos.....	1
Atos.....	1
Ordem do Dia.....	1
Pauta.....	2
Oradores Inscritos.....	2
Expediente.....	2
Atos Administrativos.....	8
Comissões.....	8
Debates.....	9
Pronunciamentos de Sessões Anteriores.....	—
TRIBUNAL DE CONTAS.....	15

Este caderno, com 20 páginas contém as publicações do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, não pode ser comercializado separadamente do EXECUTIVO SEÇÃO I.